

ARENDDT, H.

Sobre a Violência. Trad. e ensaio crítico de André Duarte. RJ: Relume-Dumará, 116 p.

A análise da violência é um dos temas mais recorrentes no curso do pensamento de H. Arendt. Nada mais coerente, pois na sua investigação sobre as perdas do político em relação ao referencial normativo da *polis* grega ela se ocupa da recuperação do político em nome do acordo discursivo livre entre os homens.

Há pelo menos duas premissas assumidas por H. Arendt: um dos piores males na política é a confusão, por isto faz-se necessária a distinção entre os fenômenos; há elementos duráveis na condição humana, mesmo no curso de variados acontecimentos. É em nome da distinção entre poder e violência que Hannah Arendt escreveu este ensaio e ela distingue retomando a distinção que havia na *polis* entre poder e governo. Os traços duráveis da condição humana confeririam significação, explicariam, na sua visão, uma ponte entre a atividade política contemporânea e a experiência grega.

O ensaio "Sobre a Violência" foi escrito entre 1968 e 1969 e buscava a compreensão de fenômenos como a rebelião estudantil, os conflitos raciais nos EUA, a glorificação da violência, o aperfeiçoamento tecnológico do aparato da violência, a guerra do Vietnã e a desobediência civil por ela estimulada - eventos de um passado ainda vivo e atuante cuja compreensão ainda implica o delineamento dos rumos atuais da atividade política.

No primeiro dos três capítulos, H. Arendt se detém sobre três problemas: o primeiro é a crescente evolução dos aparatos da violência e da importância dos técnicos e cientistas nas decisões políticas; o segundo problema é a glorificação cada vez mais intensa da violência tanto pelo movimento estudantil quanto pela Nova Esquerda; por fim, o caráter da idéia de progresso e sua relação com a violência.

Quanto aos assessores de mentalidade científica nos conselhos do governo, "o problema não é que eles tenham sangue-frio suficiente para 'pensar o impensável', mas o que eles não pensam" (p. 15). Fazem com que hipóteses futuristas tornem-se imediatamente fatos, com que projeções se tornem previsões, tomando como inevitável o que só seria possível se não fizesse constantemente parte da atividade política o inesperado, o fortuito. Tais previsões, apoiadas numa pseudo-atividade científica, cada vez mais paralisam nosso senso comum, nossa capacidade de perceber, entender e lidar com a realidade e com os fatos.

Marx, mesmo ciente do papel da violência na história, sabia que o seu papel era secundário. Paradoxalmente, a retórica marxista da Nova Esquerda progressivamente relaciona transformação revolucionária e violência. Ignoram sua discordância com Marx tanto no que se refere à glorificação da violência quanto no "emocionalismo" (como o desprendimento) que envolve suas ações, emoções que ele acreditava ter banido do movimento revolucionário. A rebelião estudantil, por outro lado, inspirada em considerações morais, manteve a glorificação da violência, com exceção dos negros nos EUA, mais no nível da retórica. Os teóricos da Nova Esquerda acreditavam que a violência mobilizariam nos oprimidos um sentimento de vingança, pois estes supostamente queriam passar de caça a caçador. H. Arendt ressalta que o próprio Marx acreditava que os sonhos nunca se tornam realidade.

Talvez o que explique tais incongruências, aponta ela, seja a crença no mito do Progresso, herança da Era do Iluminismo. O desenvolvimento das ciências naturais alimentou a crença irracional num progresso ilimitado, uma vez que não observam que o progresso da ciência deixou de coincidir com o progresso da humanidade. Se concebermos a história em termos de um processo cronológico contínuo, adverte H. Arendt, poderíamos glorificar a violência como única interrupção possível. No entanto, isto não parece verdadeiro, "é função de toda ação, enquanto distinta do mero comportamento, interromper o que, de outro modo, teria acontecido automaticamente, tornando-se portanto previsível" (30).

É a partir de e contra tal quadro teórico e fático que H. Arendt realiza a crítica do lugar da violência no âmbito dos negócios humanos. No segundo capítulo a sua principal intenção é distinguir vários fenômenos: poder, força, violência, autoridade e vigor. Das distinções a mais relevante é a que separa poder e violência.

Segundo H. Arendt, por a tradição geralmente identificar poder e dominação, vêm-se confundindo poder com violência. Uma das distinções mais evidentes entre poder e violência é que ele depende de números e ela não, pois se apoia mais em implementos. A confusão entre os vários fenômenos não é só um sinal do estado atual da ciência política, revela também a convicção de que o principal problema da política é de "quem domina quem", e aí as distinções têm pouca ou nenhuma importância. O vigor é a potência individual. A força corresponde à energia liberada nos movimentos físicos ou sociais. Autoridade, se podemos assim sintetizar, é o reconhecimento de pessoas ou posições.

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto e permanece enquanto se sustenta a *práxis* do grupo que a originou. A violência se distingue pelo seu caráter instrumental. Desta forma o poder não necessita de justificação, como a violência, mas de legitimidade, derivada do estar junto inicial. A violência só se sustenta em regimes políticos quando é sustentada pelo poder, pela concordância com relação ao seu uso. Quando aparece sozinha a violência, os meios se tornam mais importantes que os fins. Poder e violência são opostos: a violência aparece quando o poder está em risco e se mantém representando a eliminação do poder.

Por fim, H. Arendt analisa as tentativas de justificação biológica da violência. O organicismo em política tende, segundo ela, a identificar violência e criatividade e a justificá-la como natural, portanto, inelutável. Se não podemos apelar a uma tal justificação orgânica, afirma ela, também não podemos relacionar violência e irracionalidade. "A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la" (57). O poder pode se

tornar impotente por exemplo pela ação da burocracia, e cada diminuição ou ameaça de perda do poder representa um convite à violência, nos alerta H. Arendt.

Este pequeno ensaio é exemplo singular da acurada visão política arendtiana. Ela passa do descritivo ao normativo com uma suavidade tal que só quando estamos atentos percebemos. O modelo da *polis* grega, que ela toma como referência, já indicava que a ação instrumental não se dá entre homens livres e que a ação estratégica se dá fora dos muros da cidade, contra os bárbaros e estrangeiros. Se acusarmos de nostálgica, o que não é de todo equivocado, devemos estar atentos para um possível sentido da nostalgia: ela representa exatamente um olhar para o passado voltado para o futuro; preenche, portanto, a lacuna entre o passado e o futuro.

Adriano Correia Silva
Mestrando em Filosofia/PUCC
Bolsista Capes